



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPINSUDESTE – ARPINSUL – Comissão Guarani Yvyrupa
– Conselho do Povo Terena – ATY GUASU – COIAB

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO DO
EGRÉGIO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

“A minha floresta não está boa não. Estes que vocês chamam de garimpeiros estão muito perto da minha casa, eles mataram professores nossos, por isso eu não estou feliz. Eu não quero garimpo. Por isso estou aqui, para lutar pela nossa terra Yanomami! O garimpeiro distribuí bebida alcoólica, por isso os yanomami estão morrendo e se acabando, por isso eu quero falar forte pra vocês. Eu não quero que meu povo se acabe!”

Liderança feminina do Uxiu. Maturacá, Terra Indígena Yanomami. Julho de 2023.

Ref.: Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 709

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL (APIB), organização indígena já qualificada nos autos supra, vem, respeitosamente, apresentar, perante Vossa Excelência, informações a respeito de gargalos nas ações do governo federal referentes à emergência sanitária na Terra Indígena Yanomami e da denúncia de que haveria recusa por parte das Forças Armadas Brasileiras em entregar cestas básicas neste território.



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPINSUDESTE – ARPINSUL – Comissão Guarani Yvyrupa
– Conselho do Povo Terena – ATY GUASU – COIAB

DAS INFORMAÇÕES

A assessoria jurídica da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), organização que articula e representa os povos indígenas a nível nacional, formada pelas organizações indígenas de base das distintas regiões do país, vem, por meio deste, informar a respeito dos gargalos nas ações do governo federal na Terra Indígena Yanomami, identificadas pela utukara Associação Yanomami (HAY), a Associação Wanasseduume Ye'kwana (SEDUUME) e a Urihi Associação Yanomami, e das recentes denúncias de morosidade, ineficiência e inação de militares no âmbito das operações de ajuda humanitária no território¹.

I. Ações do governo federal

As referidas organizações indígenas publicaram, em 02 de agosto, o relatório *Yamaki ni ohotai xoa!* = *Nós ainda estamos sofrendo: um balanço dos primeiros meses da Emergência Yanomami*², que examina criticamente as ações do governo federal nos primeiros meses de 2023.

As informações divulgadas no relatório, cuja escrita foi feita em conjunto com pesquisadores e lideranças Yanomami e Ye'kwana, trazem dados alarmantes sobre a situação ainda hoje vivenciada pelos povos da Terra Indígena Yanomami. Reconhecendo os esforços depreendidos pelo governo federal nos primeiros meses deste ano, o

¹ As referidas denúncias foram veiculadas pela *Agência Pública de jornalismo investigativo*, em matéria de autoria do jornalista Rubens Valente. A íntegra do texto pode ser acessada em: <https://apublica.org/2023/06/militares-recusam-entrega-de-cestas-basicas-aos-yanomami/>.

² O relatório completo pode ser acesso em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/yamaki-ni-ohotai-xoa-nos-ainda-estamos-sofrendo-um-balanco-dos-primeiros-meses-da>



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPINSUDESTE – ARPINSUL – Comissão Guarani Yvyrupa
– Conselho do Povo Terena – ATY GUASU – COIAB

documento lista falhas e recomenda ações que potencializariam o enfrentamento à emergência sanitária em curso.

Os dados foram organizados em três eixos: (i) proteção territorial; (ii) ajuda humanitária; e (iii) atenção à saúde. Abaixo apresentaremos as principais informações contidas no relatório, seguindo a mesma organização.

A. Proteção territorial

O dado mais grave apresentado nesta seção é o do crescimento do garimpo na Terra Indígena Yanomami entre os meses de janeiro a junho de 2023. Ainda que muito inferior ao registrado no mesmo período do ano anterior, o crescimento de 4% da atividade ilegal em comparação a dezembro de 2022 denuncia que as ações do governo federal ainda se mostram insuficientes para suprimir o garimpo e a invasão do território.

Para compreender o desenvolvimento do garimpo ilegal na TIY, a Hutukara Associação Yanomami realiza um monitoramento de quatro tipos principais de área degradada: 1) desmatamentos associados ao garimpo; 2) garimpos ativos no qual o solo aparece nu; 3) áreas recém abandonadas, que mostram um incipiente avanço da vegetação, essencialmente composta de gramíneas cobrindo cascalheiras; e 4) pequenas lagoas de rejeito.

Estas cicatrizes são validadas em sobrevoos. No entanto, em 2023 o Comando de Ações Aeroespaciais (COMAE/FAB) não autorizou a realização de voo para monitoramento. A negativa veio após o pedido da Hutukara Associação Yanomami (HAY), que formalizou o requerimento uma semana depois de o COMAE/FAB ter organizado uma visita para a imprensa, na qual se propagandeou a informação de que a



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPINSUDESTE – ARPINSUL – Comissão Guarani Yvyrupa
– Conselho do Povo Terena – ATY GUASU – COIAB

atividade garimpeira havia sido neutralizada. A suspeita é de que um sobrevoo da HAY desmentiria as informações que a FAB forneceu aos agentes de comunicação.

No mesmo mês em que se deu a negativa, o governo federal anunciou o fim dos alertas de garimpo na TIY. Este dado, porém, não significa que o território esteja livre da prática ilegal nem condiz com os relatos das comunidades.

De início, junho é o pico da estação de chuvas na TIY, cujas nuvens podem dificultar a visualização de mudanças no uso da terra por imagens de satélite. Ademais, é possível que garimpos ainda estejam ativos em áreas já degradadas, de modo que não gerem novos alertas, mas continuem contribuindo para o agravamento da crise socio-sanitária na região.

Para além destes dois pontos, o relatório denuncia que garimpos já desmobilizados pelo governo federal estão retornando à atividade. É o que acontece no rio Couto Magalhães, onde múltiplas operações foram realizadas, reduzindo o número de garimpeiros, e para onde agora retorna gradualmente a atividade ilegal e toda a infraestrutura para seu abastecimento. O mesmo tem ocorrido em regiões como Parafuri, Xitei e Homoxi.

Os garimpeiros voltaram também ao Papiu, como denunciam lideranças da região:

Nós, lideranças do Papiu, gostaríamos de denunciar o retorno de garimpeiros em nossa região. Apesar das autoridades e do presidente Lula já terem limpado a floresta, **os garimpeiros continuam voltando**, por isso mandamos essas palavras. Apesar de existir a demarcação, eles estão voltando pelos rios. Nós queremos que vocês de fato retirem estes invasores. Nós não os convidamos [os garimpeiros para trabalharem em nossa região]. Eles aterrizaram na pista Rangel, seguiram de canoa a motor pelo rio Couto de Magalhães (Hero u), pararam na comunidade de



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPINSUDESTE – ARPINSUL – Comissão Guarani Yvyrupa
– Conselho do Povo Terena – ATY GUASU – COIAB

Marahau (região Papiu/Maloca Papiu) e depois disso entraram na floresta. Eles chegaram sozinhos, se guiando pelo GPS. Em 2022 haviam chegado [em nossa região], vindos da região Surucucu e outros vindo de Xopathau. Esses que desceram em Xopathau chegaram pela floresta com o auxílio do GPS. Após terem chegado abriram uma clareira e aterrizaram. **Estão a cerca de 1 hora e meia do posto de saúde do Papiu.** (grifos nossos)

A pista Rangel, indicada pelas lideranças como porta de entrada de garimpeiros no Papiu, foi construída ilegalmente e contribuía para a alimentação do fluxo do garimpo ilegal. É por meio deste tipo de acesso que os acampamentos de garimpeiros são abastecidos, permitindo a reprodução social e humana da atividade.

Como dito, nessas áreas a retomada da atividade ilegal se dá após uma série de operações. Há, porém, regiões em que nenhuma operação foi feita, como é o caso de Apiaú, onde o garimpo persiste como se o governo federal não tivesse decretado emergência sanitária na TIY.

O relatório aponta para decisões estatais que prejudicaram a eficiência das operações de sufocamento logístico do garimpo. A primeira foi a decisão de manter abertos três corredores no espaço aéreo da TIY para que os garimpeiros saíssem da área espontaneamente. Além de permitir que parte dos equipamentos fossem retirados sem objeções, o que não prejudicou economicamente parte considerável dos empresários criminosos envolvidos na atividade, esses corredores contribuíram para o enriquecimento dos financiadores da prática ilegal, que chegaram a cobrar R\$ 15.000,00 para retirar o garimpeiros do território. O Estado conseguiu manter o espaço aéreo totalmente fechado por apenas 06 dias, cedendo, em seguida, à pressão de políticos locais e garimpeiros.



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPINSUDESTE – ARPINSUL – Comissão Guarani Yvyrupa
– Conselho do Povo Terena – ATY GUASU – COIAB

Soma-se a tais resultados a violência desencadeada pela saída “espontânea” dos garimpeiros. Diversos são os relatos de agressões e homicídios contra indígenas e servidores públicos, em especial do Ibama. Isto porque atualmente, como deve-se sempre sublinhar, o garimpo na Terra Indígena Yanomami está fortemente relacionado ao crime organizado. Ilustração deste fato é a troca de tiros que ocorreu entre garimpeiros e agentes da Polícia Rodoviária Federal no rio Couto Magalhães, que resultou na morte de um dos chefes do Primeiro Comando da Capital (PCC) e na apreensão de armas e miras holográficas utilizadas para abate de aeronaves.

A segunda decisão estatal que prejudica os resultados das operações é a concentração dos esforços de implantação e manutenção das Bases de Proteção Etnoambiental (BAPES) da Funai nos rios Uraricoera e Mujacáí. Apesar de justificável vez que é por este rio que transita a maior parte da logística do garimpo, essa decisão pode contribuir para que as operações da atividade ilegal se espalhem por outras calhas, como as dos rios Catrimani, Apiaú e Uraricaá. As lideranças do Catrimani, inclusive, vêm fazendo denúncias sobre isso:

Boa Vista, 14 de novembro de 2022.

Nós, Yanomami do Alto Catrimani I, informamos que chegaram três escavadeiras elétricas aqui. Por isso, eu estou comunicando no rádio. Quero divulgação imediatamente. Nós lideranças estamos avisando vocês diretores da Hutukara.

Vocês da Hutukara talvez pensem que o X está mentindo. Mas nós precisamos avisar a Polícia Federal urgentemente para com ajuda da FUNAI retirar os garimpeiros de lá. Assim que eles vem para retirar logo. Se demorar, nossas casas vão ser destruídas. As crianças estão com medo e fugindo. Por isso nós, os pais deles, estamos preocupados. Porque eles não conhecem as escavadeiras que chegaram aqui no Alto Catrimani. A gente não sabia que elas chegavam até aqui



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPINSUDESTE – ARPINSUL – Comissão Guarani Yvyrupa
– Conselho do Povo Terena – ATY GUASU – COIAB

na região. No primeiro dia chegou uma escavadeira, e no outro dia chegou outras duas. É verdade mesmo.

Essa é minha informação, vocês têm que fazer reunião. Estão precisando de vocês para vocês verem. Eu não estou enganando. Chegou até nós do Alto Catrimani uma estrada de onde veio a retroescavadeira. Todos nós estamos preocupados porque nós não sabíamos que chegaria aqui 3 escavadeiras. Os garimpeiros não foram convidados para vir, mas eles estão aqui. (grifos nossos)

De acordo com o relatório, a movimentação de equipamentos pelo rio Apiaú possivelmente está associada a um ramal de 150km que adentra o território até cruzar a bacia do Catrimani, a menos de 15km de uma aldeia dos Moxihatëtêma, grupo em isolamento voluntário. Lideranças e pesquisadores alertam para os riscos da consolidação de caminhos terrestres para o abastecimento dos garimpos, a exemplo do que já ocorre na TI Munduruku e na TI Kayapó, as duas terras indígenas mais afetadas pelo garimpo.

Os recursos financeiros e humanos disponíveis para as operações são escassos. Uma das alternativas para contornar este fato e potencializar as ações de vigilância e controle seria atribuir às Forças Armadas mais do que a função de apoio logístico, como foi feito no início na emergência sanitária. Este quadro somente foi alterado em junho, quando mudanças no decreto nº 11.405 determinaram que o Ministério da Defesa deverá atuar “na execução de ações preventivas e repressivas contra delitos transfronteiriços e ambientais, na faixa de fronteira terrestre e nas águas interiores, por meio da promoção de ações de patrulhamento, de revista de pessoas, veículos terrestres, embarcações e aeronaves, e de prisões em flagrante delito, entre outras”³.

³ Essas alterações foram feitas pelo Decreto nº 11.575, de 21 de junho de 2023.



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPINSUDESTE – ARPINSUL – Comissão Guarani Yvyrupa
– Conselho do Povo Terena – ATY GUASU – COIAB

Para além destas decisões, os pesquisadores apontam que o principal problema da estratégia do governo federal é a falta de uma coordenação que pudesse garantir o diálogo com as comunidades e a articulação das ações de comando e controle, de ajuda humanitária e de atenção à saúde. O documento sugere o seguinte fluxo de ações, que não foi implementado em nenhuma região: i) operações para a neutralização do garimpo; ii) apoio às comunidades vulnerabilizadas com cestas básicas, ferramentas agrícolas e sementes; iii) realização de missões de atendimento à saúde; iv) restabelecimento do serviço de atendimento regular de saúde.

A falta de coordenação associada às lacunas no controle aéreo e na ação das BAPES faz com que muitas comunidades ainda estejam em situação de extrema vulnerabilidade sócio-sanitária.

B. Ajuda humanitária

No início de 2023, o governo federal implementou um plano de oferta de cestas básicas às comunidades Yanomami com o objetivo de mitigar a insegurança alimentar derivada da crise sócio-sanitária. Este plano, porém, enfrenta diversos desafios, desde a insuficiente atuação das Forças Armadas, como será apresentado na próxima seção, até a falta de coordenação das autoridades, passando pela incerteza na periodicidade da distribuição dos alimentos.

As regiões de mais fácil acesso foram privilegiadas em detrimento das mais remotas - inclusive daquelas que estão em maior situação de vulnerabilidade. Soma-se a isso a falta de mediação na distribuição de cestas, que resultou na concentração de mantimentos entre as famílias que, nas palavras dos pesquisadores, “deram a sorte” de estar no local da entrega no momento em que a doação foi feita.



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPINSUDESTE – ARPINSUL – Comissão Guarani Yvyrupa
– Conselho do Povo Terena – ATY GUASU – COIAB

A desorganização logística e administrativa levou, ainda, ao perecimento de muitos alimentos, como ocorreu com o charque entregue ao pelotão de fronteira na região de Auaris, na qual se encontram 29 comunidades em grave estado de insegurança alimentar.

Idealmente, a distribuição das cestas consideraria o ciclo de plantio de cultivos curto e contaria com ferramentas e sementes para que as comunidades possam reconstruir sua autonomia alimentar a médio e garantir auto-sustentabilidade a médio e longo prazo. Na realidade, há descontinuidade nas entregas e os indígenas se veem obrigados a sacrificarem seus plantios futuros, chegando ao ponto de comerem mandioca verde.

O quadro acima descrito é confirmado pela consulta às comunidades de Parafuri, Xitei, Haxiu, Homoxi, Parima e Kayanau, realizada pelos pesquisadores (DOC. 1). Parafuri, Haxiu e Kayanau têm roças, mas não receberam ferramentas agrícolas. Parima, Homoxi, Haxiu e Xitei não tem roça e apenas Xitei informa ter recebido as ferramentas, com a ressalva de que somente aqueles que tiveram acesso às cestas básicas as receberam. Na maior parte delas, a distribuição de mantimentos é insuficiente, seja pela periodicidade, seja pela capilaridade.

C. Atenção à saúde

A saúde - e, especificamente, o Distrito Sanitário Especial Indígena - Yanomami enfrenta uma situação precarizada há anos, que foi intensificada pelas ações e omissões do governo de Jair Bolsonaro.

A explosão da invasão garimpeira potencializou a desassistência sanitária no território. Em algumas regiões, como Homoxi e Kayanau, as UBSIs e pistas de pouso



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPINSUDESTE – ARPINSUL – Comissão Guarani Yvyrupa
– Conselho do Povo Terena – ATY GUASU – COIAB

foram tomadas por garimpeiros, o que inviabiliza a permanência de equipes de saúde. As comunidades mais afetadas pelo garimpo ilegal, por consequência, sofrem mais com a falta de atendimento médico e multidisciplinar.

Os resultados são altos índices de morte, doenças infecciosas, desnutrição e outras condições que, com o devido acompanhamento, poderiam ser evitadas. Quase seis meses após o início das operações de emergência, apenas 23 das quase 350 comunidades havia sido imunizadas, 951 pessoas precisaram ser removidas por serviço aeromédico e haviam sido registrados 154 óbitos, dos quais 66, ou seja, 43%, foram causados por doenças infecciosas.

A malária, um dos principais problemas sanitários no território, segue a níveis altíssimos, tendo atingido o ponto mais alto dos últimos 18 meses no primeiro trimestre de 2023. Até julho, foram contabilizados 12.252 casos da doença, seguindo a tendência de 2022 apesar das ações empreendidas pelo governo federal.

O relatório destaca a situação de Auaris, onde os casos de malária chegaram a 2.170 no primeiro trimestre deste ano, quase onze vezes mais do que o registrado nos três primeiros trimestres de 2022. A hipótese aventada pelo relatório é de que a doença foi importada dos acampamentos de garimpo e se difundiu na região sem que o serviço de saúde local pudesse conter a contaminação.

Os relatos dos próprios Yanomami dão conta de que o descontrole da malária está associado a problemas no diagnóstico e no tratamento da doença. A presença do garimpo contribui para a contaminação das comunidades; as ações de busca ativa são insuficientes; o diagnóstico e o tratamento são tardios; há pouca adesão ao tratamento, que é frequentemente interrompido pelos pacientes antes de ser finalizado.



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPINSUDESTE – ARPINSUL – Comissão Guarani Yvyrupa
– Conselho do Povo Terena – ATY GUASU – COIAB

Esta interrupção é justificada por três principais fatores: (i) falta de informações sobre o tratamento; (ii) falta de alimentação para os pacientes nas UBSIs, o que os obriga a retornar para suas comunidades para se alimentarem; e (iii) mal-estar causado pela medicação. Este último fator, segundo o relatório, pode ser resultado de uma super-dosagem, vez que a equipe de saúde ministra o medicamento com base na idade e não no peso do paciente - balanças não estão disponíveis nas UBSIs.

É importante notar que estes dados, em especial os referentes à malária, podem estar subnotificados. Isto porque a infraestrutura de saúde na TIY é bastante precária e não há recursos humanos suficientes para ofertar atendimento periódico e adequado a todas as comunidades.

Mesmo que se saiba quais etapas devem ser seguidas para a estabilização do quadro sanitário na região, o governo federal não obtém êxito nesse quesito. As comunidades e os profissionais de saúde acreditam que isso se deve à ausência de infraestrutura para a ocupação regular de certas unidades, à insegurança experienciada pelas equipes de saúde e à falta de mão de obra qualificada.

O Polo Base de Hakoma e Homoxi são exemplos desta situação. O primeiro funciona, desde 2021, apenas com missões de saúde esporádicas, já que o antigo posto da região foi abandonado depois de conflitos armados. Hakoma registra altos índices de malária, que, inclusive, resultaram em óbitos. Em Homoxi, a UBSI foi incendiada - possivelmente por garimpeiros como retaliação após operação do Ibama e da Polícia Federal⁴.

⁴ Disponível em:

<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2022/12/07/posto-de-saude-indigena-na-terra-yanomami-e-incendiado-e-associacoes-atribuem-a-garimpeiros.ghtml> - Acessos em 08/08/2023.



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPINSUDESTE – ARPINSUL – Comissão Guarani Yvyrupa
– Conselho do Povo Terena – ATY GUASU – COIAB

No Haxiu, o polo de saúde recém-inaugurado foi fechado depois de conflitos inter-comunitários colocarem em risco a segurança da equipe médica. A estrutura, que deve atender pelo menos 900 pessoas, foi instalada em um barracão improvisado.

A questão da segurança é utilizada como justificativa para que muitas comunidades sigam desassistidas, o que mostra falta de coordenação entre as operações de combate ao garimpo ilegal e as de reestruturação do sistema de saúde no território. As zonas de conflito e nas quais a crise sanitária está mais agravada deveriam, logicamente, ser prioritárias na ação do governo federal.

Uma liderança feminina do Papiu descreve a associação entre insegurança e crise sanitária em sua fala durante o Fórum de Lideranças Yanomami e Ye'kwana, em julho de 2023:

Eles mataram um dos nossos, mas apesar disso, eles continuam passando perto das nossas casas, com espingardas e revólveres. Há muito tempo eu luto contra os garimpeiros, não é pouco tempo não, eles continuam insistindo, mas eu continuo lutando. Eles mataram um dos nossos à toa. Eu não tenho medo, apesar deles andarem com pistola eu não tenho medo, os garimpeiros se instalam cada vez mais perto, por isso não conseguimos sair pra fazer farinha, buscar mandioca, ir pra roça, pelos garimpeiros estarem muito perto, não conseguimos andar. A malária se espalhou fortemente, está muito ruim.

Mesmo com a presença da Força Nacional (FN) em Roraima, que teve seu efetivo aumentado em mais de 100% desde fevereiro, a insegurança na região ainda não foi resolvida. Os guardas da FN se recusam a acompanhar as diligências de saúde, de modo que as equipes permanecem nas UBSIs e o atendimento não é devidamente interiorizado no território.



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPINSUDESTE – ARPINSUL – Comissão Guarani Yvyrupa
– Conselho do Povo Terena – ATY GUASU – COIAB

Os dados apresentados permitem concluir que a crise sanitária enfrentada pelos Yanomami pode ser mitigada com ações concretas que fortaleçam a estrutura e o abastecimento do sistema de saúde local, aumentem o contingente de profissionais de saúde e garantam a periodicidade dos atendimentos. Nada disso terá o efeito desejado, porém, se não for assegurada a integridade física das equipes e, obviamente, dos pacientes. Para isso, é preciso que as ações de combate ao garimpo ilegal e de assistência em saúde sejam coordenadas.

II. Atuação das Forças Armadas na Terra Indígena Yanomami

O grave quadro descrito na seção anterior vem sendo potencializado pela atuação insuficiente das Forças Armadas na Terra Indígena Yanomami. A APIB solicitou, via Lei de Acesso à Informação, que o Ministério dos Povos Indígenas e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas disponibilizassem os ofícios trocados entre estes órgãos e as Forças Armadas no que se refere às operações na TIY. A Funai respondeu à solicitação, divulgando 12 ofícios, entre pedidos e resposta. O Ministério dos Povos Indígenas informou que foram enviados 11 ofícios ao Ministério da Defesa, dos quais alguns foram respondidos com negativas e outros foram ignorados. A pasta não divulgou o conteúdo dos ofícios sob a justificativa do art. 23, V e VIII, da Lei 12./527/2011. Abaixo, apresentaremos o que julgamos serem as principais falhas das Forças Armadas nas ações de ajuda humanitária, baseando-nos em denúncias públicas e no conteúdo dos ofícios, que estão anexados à esta peça.

Em 20 de janeiro do ano corrente foi editada a Portaria GM/MS nº 28, que declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional em decorrência da desassistência sócio-sanitária à qual os povos da Terra Indígena Yanomami estavam submetidos. Dez dias depois foi publicado o Decreto nº 11.405, que dispõe sobre as medidas para



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPINSUDESTE – ARPINSUL – Comissão Guarani Yvyrupa
– Conselho do Povo Terena – ATY GUASU – COIAB

enfrentamento da emergência que devem ser adotadas por órgãos da administração federal. Destes atos decorreram operações para controlar a situação de desnutrição e adoecimento crônicos que imperava no território.

Em 10 de fevereiro, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas enviou ao Chefe do Estado-Maior, o Almirante de Esquadra Renato Rodrigues de Aguiar Freire, o Ofício nº 177/2023/PRES/FUNAI (DOC. 2), no qual demanda apoio no que se refere à disponibilização de voos que possam viabilizar a entrega de alimentos às comunidades indígenas Yanomami e Ye'kwana, em virtude do grave quadro de fome e insegurança alimentar enfrentado por essas populações nos estados de Roraima e Amazonas. A fundação apresenta planejamento detalhado do número de cestas e as comunidades nas quais elas deveriam ser entregues e solicita auxílio aéreo e escolta armada dos agentes públicos destacados para a atuação na operação, tendo em consideração que aquele era o momento inicial da desintração dos garimpeiros da TIY.

Ainda neste documento a Funai faz menção ao Ofício nº 152/2023/PRES/FUNAI (DOC. 3), encaminhado ao Ministério da Defesa em 02 de fevereiro solicitando apoio na distribuição de 4.904 cestas que já se encontravam em Boa Vista/RR. Até aquele momento, a demanda não havia sido atendida e não havia registro - entre os documentos aos quais tivemos acesso - de atendimento posterior. Importa ressaltar que em 08 de fevereiro a Funai e o Ministério de Desenvolvimento Social foram comunicados via *e-mail* sobre o iminente desabastecimento do DSEI Yanomami, que poderia ser contornado pelo fornecimento de alimentos até o dia 09 do mesmo mês.

Na minuta do Ofício nº 156/2023/PRES/FUNAI (DOC. 4), à qual tivemos acesso e sobre a qual trataremos com maior atenção adiante, é também mencionada na comunicação enviada pela Funai às Forças Armadas em 10 de fevereiro. Este ofício



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPINSUDESTE – ARPINSUL – Comissão Guarani Yvyrupa
– Conselho do Povo Terena – ATY GUASU – COIAB

requer a reforma de pistas de pouso na TIY, o que aceleraria e otimizaria as ações previstas no bojo das operações humanitárias na região. Como veremos, as Forças Armadas se recusaram a realizar as reformas, alegando não serem as responsáveis por esse tipo de manutenção.

A resposta ao Ofício nº 177 da Funai veio através do Ofício nº 4160/EMCFA-MD (DOC. 5), de 17 de fevereiro, no qual as Forças Armadas informam já estarem empenhadas no auxílio à entrega de cestas básicas. O Almirante de Esquadra Renato Rodrigues de Aguiar Freire ainda ressalta que “o Ministro da Defesa autorizou o emprego temporário e episódico das Forças Armadas por intermédio da ativação do Comando Conjunto Amazônia cuja missão é realizar as ações de apoio logístico previstas no Decreto nº 11.405, de 30 de janeiro de 2023, a fim de contribuir com as ações de enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional”, explicitando que a atuação das Forças Armadas será **temporária e episódica**.

O Comitê de Coordenação Nacional para Enfrentamento à Desassistência Sanitária das Populações em Território Yanomami se reuniu em 15/02/2023 para tratar das ações a serem empreendidas pelos órgãos envolvidos. No dia seguinte, a Funai enviou o Ofício nº 199/2023/PRES/FUNAI (DOC. 6) para o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas solicitando que, com base no acordado na reunião, o Ministério da Defesa apoiasse a fundação no fornecimento de estruturas de campanha para atendimento da crise humanitária e da invasão garimpeira na TIY, com o envio de material para todas as Bases de Proteção Etnoambiental no território, e instalação de estruturas de campanha para apoio à ações de saúde. Foram listadas prioridades, no caso de as Forças Armadas não poderem atender à integralidade do pedido, bem como os materiais necessários.



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPINSUDESTE – ARPINSUL – Comissão Guarani Yvyrupa
– Conselho do Povo Terena – ATY GUASU – COIAB

O Almirante de Esquadra Renato Rodrigues de Aguiar Freire respondeu via Ofício nº 4799/EMCFA-MD (DOC. 7), de 03/03, solicitando que a Funai informasse as dimensões, peso e quando o material estaria disponível em Boa Vista/RR, para que ele pudesse avaliar a viabilidade do transporte do material. Dado que não fora este o pedido feito pela Funai, a presidência do órgão respondeu em novo ofício, de número 311 (DOC. 8), em 14/03, esclarecendo que o solicitado era a quantificação, aquisição e montagem da logística necessária para a instalação das estruturas de campanha, conforme a atribuição regimental e expertise das Forças Armadas. Entre os documentos disponibilizados via Lei de Acesso à Informação não consta resposta a este ofício.

Em março, a Funai solicitou auxílio das Forças Armadas para entregar, por via aérea e fluvial, cestas básicas estocadas em armazéns em Manaus (AM) e Boa Vista (RR).

Tal solicitação foi feita via Ofício nº 279/2023/PRES/FUNAI (DOC. 9), no qual o órgão enviou ao Almirante de Esquadra o Plano Logístico Cestas Yanomami e ressaltou a necessidade de ajuda frente às condições de acesso extremamente difíceis e o perigo de retaliação por parte de invasores. O auxílio das Forças Armadas para a efetivação das entregas de alimentos é tratado como vital para o sucesso da operação.

Segundo o plano desenvolvido pela Funai, seriam necessários dois helicópteros na maior parte dos 17 dias previstos para a entrega de 8.361 cestas básicas. Considerando as comunidades da porção amazônica da TIY, a fundação solicitou a mobilização de estrutura fluvial das Forças Armadas para que os mantimentos fossem entregues, entendendo que “esse modelo poderia viabilizar uma otimização dos recursos no que concerne à distribuição das 2.891 cestas de alimentos naquela unidade federativa”. Ainda, é destacado no ofício que a impossibilidade de se proceder com a entrega por via fluvial



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPINSUDESTE – ARPINSUL – Comissão Guarani Yvyrupa
– Conselho do Povo Terena – ATY GUASU – COIAB

poderia prejudicar diretamente as operações em curso em Roraima, visto que a disponibilidade e recursos humanos da Funai é escassa.

Por meio do Ofício nº 7447/EMCFA-MD (DOC. 10), de 24/03/2023, o apoio logístico das Forças Armadas foi concedido, mas foi requerido um planejamento detalhado por parte da Funai para que se pudesse analisar a viabilidade de apoio fluvial - que foi entregue pelo Ofício nº 600/2023/PRES/FUNAI (DOC. 11).

Em resposta de 15 de maio, o chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas informou que as instalações militares no estado do Amazonas têm capacidade de armazenamento limitada e que a demanda da fundação por apoio logístico fluvial poderia ser atendida parcialmente mediante pagamento de **R\$ 1,6 milhão de reais a cada dois meses para efetivação das entregas de alimentos**. O almirante Renato Rodrigues de Aguiar Freire afirmou ainda que o armazenamento de 5.318 cestas de alimentos, como solicitado pela Funai, não era viável porque não há unidade militar em Santa Isabel do Rio Negro/AM e que as instalações militares nas regiões informadas pelo órgão indigenista não atendem aos requisitos de normas sanitárias para a estocagem de alimento (Ofício nº 11818/EMCFA-MD - DOC. 12).

Entre os documentos disponibilizados via Lei de Acesso à Informação, há uma série de despachos nos quais são registradas informações enviadas pela Frente de Proteção Etno-ambiental Yanomami e Ye'kwana de que as Forças Armadas não estariam realizando em tempo hábil a distribuição das cestas alimentares provenientes do Ministério do Desenvolvimento Social e da CONAB, acarretando no perecimento dos alimentos.



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPINSUDESTE – ARPINSUL – Comissão Guarani Yvyrupa
– Conselho do Povo Terena – ATY GUASU – COIAB

Em 04 de julho, o Almirante de Esquadra Renato Rodrigues de Aguiar Freire enviou à Funai o Ofício nº 17165/EMCFA-MD (DOC. 13), informando que havia solicitação em andamento, por parte do Ministério da Defesa, de abertura de crédito extraordinário destinado ao custeio de despesas das Forças Armadas para o apoio à ações emergenciais em território Yanomami agora derivadas da Operação Ágata Fronteira Norte⁵. Deste modo, haveria a disponibilidade financeira e de pessoal para que a Marinha do Brasil transportasse por via fluvial até 2.690 cestas básicas para a cidade de Barcelos/AM, desde que a fundação atualizasse o plano de trabalho enviado em ofício anterior. Não há, entre os documentos disponibilizados pela Funai, registro sobre o cumprimento desta ação por parte da Marinha.

As denúncias de negativas e morosidade por parte das Forças Armadas foram primeiro divulgadas em peça jornalística da *Agência Pública de jornalismo investigativo*, que veiculou também a foto abaixo, retratando a condição em que as cestas básicas estão sendo armazenadas.

⁵ A Operação Ágata Fronteira do Norte substituiu a Operação Yanomami, que teve fim em 05 de junho.



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPINSUDESTE – ARPINSUL – Comissão Guarani Yvyrupa
– Conselho do Povo Terena – ATY GUASU – COIAB



Reprodução: Agência Pública

A Funai não tem estrutura financeira e de pessoal suficiente para prosseguir com a operação por via fluvial em paralelo à por via aérea, por meio da qual tem realizado distribuição esporádica de cestas básicas na porção amazonense da Terra Indígena Yanomami. Soma-se à escassez material o perigo de retaliação por parte dos invasores da terra, que, como tem sido amplamente registrado pela imprensa e pelo próprio Governo Federal, têm armamentos pesados e práticas violentas⁶.

⁶ Foram diversas as ocasiões em que agentes federais foram recebidos a tiros por garimpeiros dentro da Terra Indígena Yanomami. Um dos ataques mais recentes foi contra a base do IBAMA na região, durante operação para impedir o tráfego de invasores. Disponível em:



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPINSUDESTE – ARPINSUL – Comissão Guarani Yvyrupa
– Conselho do Povo Terena – ATY GUASU – COIAB

Deste modo, é imperativo que as Forças Armadas contribuam com as operações humanitárias que ocorrem na terra Yanomami, a fim de minorar os efeitos da crise sanitária que lá se instaurou. No entanto, apesar do plano apresentado pela Funai em 10 de fevereiro, que previa a entrega de 12 mil cestas básicas por mês pelos militares – o que somaria mais de 50 mil cestas distribuídas até o momento presente -, o próprio Ministério da Defesa alega ter efetuada a entrega de apenas 23 mil, menos da metade do inicialmente previsto.

As recentes denúncias se somam às antigas, feitas ainda em fevereiro deste ano. Na ocasião, foi divulgado que as Forças Armadas ignoravam o pedido de ajuda da Funai para a entrega de alimentos por transporte aéreo⁷.

O documento então enviado ao chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, o já mencionado Ofício 152//2023/PRES/FUNAI, informava a escassez de tempo, a gravidade da situação enfrentada pelos yanomami e o crescente volume de alimentos a serem distribuídos. Estes fatores, somados, inviabilizavam que a efetivação das entregas contasse apenas com a estrutura da Funai.

No mesmo período, a Defensoria Pública da União encaminhou um requerimento aos ministérios da Justiça e da Defesa, pedindo a ampliação do apoio logístico e apontando a insuficiência do número de aeronaves disponibilizadas para a distribuição de alimentos e medicamentos na Terra Indígena Yanomami.

<https://g1.globo.com/rr/oraima/noticia/2023/02/23/ponto-de-fiscalizacao-na-terra-yanomami-e-alvo-de-aten-tado-e-garimpeiro-e-baleado.ghtml>.

⁷ Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/02/15/exclusivo-forcas-armadas-seguem-ignorando-pedido-de-ajuda-para-entregar-alimentos-aos-yanomami>



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPINSUDESTE – ARPINSUL – Comissão Guarani Yvyrupa
– Conselho do Povo Terena – ATY GUASU – COIAB

A matéria jornalística que publicou tais denúncias apurou que a Força Aérea Brasileira empregava um helicóptero H-60 Black Hawk e três aviões, sendo um KC-90 Millennium, um C-105 Amazonas e um C-98 Caravan, nas operações. Havia, ainda, um helicóptero do Exército em uso. Contudo, como afirmado pela própria FAB em seu site⁸, a única aeronave capaz de acessar as mais de 300 aldeias indígenas do território era o helicóptero H-60 Black Hawk, devido às péssimas condições das pistas de pouso da região.

Insta rememorar que a Funai pediu ao Ministério da Defesa, em caráter urgente, auxílio na manutenção de 50 pistas de pouso, o que agilizaria o socorro aos yanomami neste contexto de emergência sanitária (Ofício nº 156/2023/PRES/FUNAI). Em resposta, anexada à esta peça (Ofício nº 4510/EMCFA-MD - DOC. 14), o almirante Renato Rodrigues de Aguiar Freire informou apenas que a presidência da fundação federal deveria dirigir o pedido à Secretaria Nacional de Aviação Civil, órgão que seria responsável por este tipo de tratativa.

Sem reforma, as pistas de pouso na Terra Indígena Yanomami comportam somente o helicóptero H-60 Black Hawk. Dado que este fato é público e de conhecimento do Ministério da Defesa, poderia se esperar que houvesse a disponibilização de alguns dos outros 15 helicópteros da FAB do mesmo modelo espalhados pelo Brasil – em 2017, por exemplo, 8 deles estavam no Sétimo Esquadrão do Oitavo Grupo de Aviação, em Manaus (AM), mesmo município em que estão estocadas em péssimas condições as cestas básicas

⁸ Disponível em:

<https://www.fab.mil.br/noticias/mostra/40311/OPERA%C3%87%C3%83O%20YANOMAMI%20-%20H-60%20Black%20Hawk%20da%20FAB%20tem%20papel%20fundamental%20na%20Opera%C3%A7%C3%A3o%20Yanomami>



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPINSUDESTE – ARPINSUL – Comissão Guarani Yvyrupa
– Conselho do Povo Terena – ATY GUASU – COIAB

que deveriam estar alimentando os Yanomami. Esta disponibilização, entretanto, sequer foi aventada pelo Ministério da Defesa.

DOS PEDIDOS

Diante do exposto, a APIB manifesta sua preocupação com os fatos narrados e, respeitosamente, requer que este Juízo:

1. Notifique a União para que se manifeste sobre as informações apresentadas no bojo do relatório *Yamaki ni ohotai xoa!* = *Nós ainda estamos sofrendo: um balanço dos primeiros meses da Emergência Yanomami*;
2. Solicite informações sobre as operações realizadas na região de Apiaú e, caso não tenha sido feita nenhuma operação, a motivação da União para a ausência de ação na área;
3. Solicite justificativa da União e Forças Armadas sobre a decisão de manter o espaço aéreo fechado por apenas 06 dias;
4. Solicite informações sobre as estruturas de monitoramento e fiscalização nas regiões do rio Catrimani, Apiaú e Uraricaá, considerando que as BAPES não estão ativas;
5. Solicite ao Ministério da Defesa a elucidação das denúncias aqui apresentadas, bem como a justificativa da falta de resposta aos ofícios enviados pelo Ministério dos Povos Indígenas.
6. Inste a União a se manifestar sobre as falhas de coordenação nas operações de logística, desintrusão e proteção à saúde dos povos indígenas Yanomami.



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPINSUDESTE – ARPINSUL – Comissão Guarani Yvyrupa
– Conselho do Povo Terena – ATY GUASU – COIAB

7. Determine à SESAI que apresente, no prazo de 10 dias, relatório descritivo sobre o enfrentamento da malária no território Yanomami, e por quais razões a doença segue aumentando apesar das ações empreendidas no território Yanomami.
8. Determine à FUNAI que apresente uma planilha referente aos empenhos dos créditos extraordinários concedidos mediante decisão judicial exarada nestes autos em tela.

Pede-se deferimento.

Brasília, 18 de agosto de 2023.

Mauricio Terena

Advogado indígena da APIB

OAB/MS 24.060